



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

**O CONTEÚDO HISTÓRICO DA FORMA URBANA:  
HISTORICIDADE E CULTURA HISTÓRICA NOS DISCURSOS SOBRE BRASÍLIA<sup>1</sup>**

**THE HISTORICAL CONTENT OF THE URBAN FORM:  
HISTORICITY AND HISTORICAL CULTURE IN DISCOURSES ABOUT BRASÍLIA**

Fabio Franzini  
Universidade Federal de São Paulo – Campus Guarulhos  
fabio.ff.franzini@gmail.com

**Resumo**

Este artigo volta-se à análise de um conjunto de discursos produzidos durante a segunda metade da década de 1950, no contexto da idealização, concepção, construção e inauguração de Brasília. Seu propósito é discutir, a partir deles, como a especificidade dessa forma urbana detinha então um conteúdo preñado de história, de historicidade e de cultura histórica, conteúdo esse cujo significado maior estava em apontar para o futuro.

**Palavras-chave**

Brasília. Forma urbana. Evento histórico. Cultura histórica.

**Abstract**

*This article focuses on a set of discourses produced during the second half of the 1950s, in the context of the idealization, conception, construction and inauguration of Brasilia. Its purpose is to discuss how the specificity of this urban form then had a content pregnant with history, historicity and historical culture, whose main meaning was to point to the future.*

**Keywords**

*Brasília. Urban form. Historical event. Historical culture.*

---

<sup>1</sup>Texto apresentado no 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Mariana, 19 de agosto de 2014.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

Onde quer que haja forma ou padrão, podemos estar certos de que o homem está presente. Os seres humanos criam coisas que são colocadas ao lado da natureza e que são infinitamente mais belas, infinitamente mais atraentes à inteligência, do que a natureza crua. Para mim, é disso que trata a história das ideias, esse processo em diferentes culturas e diferentes sociedades, de dar forma ao que de outra maneira seria ou a natureza crua ou a ausência de forma. A natureza não precisa da descoberta da lei da gravidade, ou da lei da atração dos corpos, mas os seres humanos sim. ([WHITE](#), 2009)

“Capital da esperança / (Brasília tem luz, Brasília tem carros) / Asas e eixos do Brasil / (Brasília tem mortes, tem até baratas) / Longe do mar, da poluição / (Brasília tem prédios, Brasília tem máquinas) / mas um fim que ninguém previu / (Árvores nos eixos, a polícia montada)”. Com a precisão de um cru *rock’n’roll*, os versos de “Brasília”, da banda Plebe Rude, sintetizam o que aconteceu no período transcorrido entre a fundação da nova capital e a gravação da música, em 1985: do desenho em papel à concretude da vida cotidiana, o imprevisto e, sobretudo, a normalidade impuseram-se às expectativas geradas pelo projeto e pela proposta da cidade quando do seu nascimento. Se tal processo, de certa forma, pode ser compreendido a *posteriori* como algo normal – afinal, não há planejamento e controle que resistam à realidade –, nem por isso ele deixa de evidenciar a frustração, brasiliense e brasileira, diante de um suposto destino que não se cumpriu.

Empregados de modo deliberado, termos como “expectativas”, “projeto”, “proposta”, “idealização” e, claro, “destino” pretendem sugerir que a relação entre a Brasília-cidade e a Brasília-promessa possibilita, ou melhor, exige não apenas uma reflexão acerca da história da cidade e seus entrecruzamentos com a história do Brasil contemporâneo, mas também sobre a percepção da própria história e do tempo histórico que a envolvem. Disso se deriva, mais precisamente, o desprezioso exercício que este trabalho pretende desenvolver: a análise de um conjunto de discursos produzidos no contexto de sua idealização, concepção, construção e inauguração, visando a discutir como a especificidade dessa forma urbana detinha então um conteúdo preñado de história, de historicidade e de cultura histórica. Discursos nada descomprometidos nem presos ao senso comum, é importante ressaltar, uma vez que provêm dos textos de arquitetos, críticos de arte, escritores e outros intelectuais, incluindo historiadores, reunidos por Alberto Xavier e Julio Katinsky no livro *Brasília: antologia crítica* ([XAVIER e KATINSKY](#), 2012) – especificidade que confere sensibilidade aguda às visões que apresentam sobre o evento *Brasília* e, deste modo, nos oferecem também um privilegiado acesso a ele.

Para a abordagem que se propõe, pensar o surgimento de Brasília como um evento e, dito de maneira mais precisa, um evento histórico implica, de saída, levar em alta conta a



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

advertência que faz Hayden White, para quem “los eventos no devienen en ‘históricos’ sólo por haber sucedido realmente, por haber sucedido en un momento específico del pasado y en un lugar específico de este mundo, y por haber tenido un efecto identificable en los contextos en los que irrumpieron”; o decisivo, de fato, é que também possam “ser descriptibles válidamente como si tuvieran los atributos propios de los elementos en la trama de un relato”, como, aliás, Paul Ricoeur e Louis Mink haviam apontado antes dele ([WHITE](#), 2010, p. 138-139, grifo do autor). Disso decorre a sua chave explicativa: tais atributos configurariam a “substância narrativa” (o “conteúdo”) dos modos de discurso narrativo (a “forma”) – entre eles, a história; graças a tal substância narrativa, ou ao conteúdo da forma, podemos então, em suas palavras, “afirmar que el evento histórico, a diferencia del evento natural, es narrable” ([WHITE](#), 2010, p. 139).

No caso de Brasília, em específico, talvez seja possível radicalizar e, ainda na trilha de White, pensar a sua criação como algo mais que um “mero” evento histórico: ela seria, sobretudo, um evento modernista, uma vez que os acontecimentos que possibilitam a sua narrativa (ou, para dizer de modo mais preciso, as suas narrativas, no plural) não têm paralelo com quaisquer outros, seja em alcance, em intensidade ou em escala ([PAUL](#), 2011). Desnecessário dizer que, se “inventar” cidades não era uma prática propriamente nova, a materialização, no sentido literal, da nova capital do país representava uma intervenção inovadora sobre a natureza jamais vista no mundo. Como diz Alberto Xavier logo no primeiro parágrafo da apresentação da obra aqui tomada como fonte, “nunca na história humana uma cidade surgiu do nada e foi construída em tão curto espaço de tempo. Nenhuma cidade no século XX foi proposta com o tamanho de Brasília; cidades predecessoras com essas dimensões foram exercícios quase acadêmicos” (XAVIER *in* [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 9). Nesse sentido, faz-se presente também no “evento Brasília” uma dimensão trágica e, de certa forma, traumática que não pode ser ignorada, nem superada – daí ser impossível “contar uma história única e inquestionável acerca do que realmente aconteceu” (WHITE *apud* [PAUL](#), 2011).

Como sabemos, a perspectiva de Hayden White é polêmica e tem sido motivo de discussão há muito tempo entre os historiadores; não bastasse isso, minha apropriação da ideia de “evento modernista” pode ser, reconheço, um tanto forçada e distorcida. Ainda assim, creio que, com todos os riscos, uma e outra se aplicam à perfeição a um “objeto” como Brasília, cujas narrativas antecedem o próprio acontecimento, isto é, fala-se de, e sobre, Brasília antes que ela “exista”, antes que tome e tenha, concretamente, forma. Isto se deve, é certo e evidente, ao próprio tempo tomado pela construção da cidade: o tempo que transcorre entre a decisão governamental de levar o projeto adiante (projeto esse que, oficialmente,



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

aparece já na Constituição de 1891, embora a ideia de criar uma nova capital para o país seja ainda muito anterior), a realização do concurso para a escolha do melhor Plano Piloto, a divulgação do resultado, o início das obras e a inauguração da "Novacap". Se a brevidade com que todos os passos se deram decerto surpreende – passaram-se apenas três anos, sete meses e um dia entre a publicação do Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em 20 de setembro de 1957, e o dia 21 de abril de 1960 –, pela mesma razão não é de se espantar a intensidade com que foram vivenciados, direta ou indiretamente, muito menos as ansiedades que o seu avanço provocava.

O contexto particular, de todo modo, não é tudo. Tão ou mais significativo que ele é o momento por que passava o Brasil naquela década de 1950. No seu transcorrer, o longo processo de inserção do país na dinâmica global da modernização capitalista, iniciado na segunda metade do Oitocentos, não apenas se consolida como, mais importante, entra em nova fase; a partir daí, a modernidade e seus valores alcançarão praticamente toda a sociedade, em larga medida graças à associação entre a expansão do urbano sobre o rural, o desenvolvimento e a afirmação dos meios de comunicação de massa e o estabelecimento de novos padrões de consumo e de desejo. Nesse movimento, o tempo também passa a ser percebido, sentido, vivido de modo fremente e veloz, fazendo com que o "presente" parecesse se aproximar cada vez mais do "futuro" e o "passado" se tornasse cada vez mais ultrapassado, reconfigurando a compreensão e a produção dos discursos sobre os destinos de nossa formação social e, por extensão, as percepções sobre nossa história. Ainda que no decorrer do período alguns acontecimentos tenham provocado uma sensação de trágico retrocesso (em especial, a derrota da seleção brasileira de futebol na partida final da Copa do Mundo de 1950 e o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954), é inegável que o espaço de experiência e o horizonte de expectativa dos brasileiros (cf. [KOSELLECK](#), 2006) passavam então por uma redefinição profunda e marcante.

Não é casual, assim, que os anos 50 tenham se tornado os anos dourados no imaginário coletivo nacional; não é casual que, a partir deles, o futuro tenha passado a fazer parte do nosso vocabulário de uso corrente; e não é casual, enfim, que a década termine com o início de Brasília. Como diz, hoje, Guilherme Wisnik, "a proposta de mudança da capital do Brasil congregou o otimismo desenvolvimentista de um país que parecia assumir de vez um papel de destaque na modernização mundial, traduzido na imagem símbolo de Brasília: a alvorada" (WISNIK in [BRAGA](#), 2010, p. 7). Os contemporâneos, por sua vez, também o percebiam – como Manuel Bandeira, que, por ocasião da divulgação do resultado do concurso, em março de 1957, escreveu: "Brasília, neste momento crítico de nossa angústia brasileira,



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

parecia uma ideia antipática; Lucio [Costa] ganha o concurso do plano piloto para a construção da futura capital e seu projeto, lembrando um avião em rota para a impossível utopia, logo dá à iniciativa, que parecia uma aventura, um ar plausível” (*apud* WISNIK in [BRAGA](#), 2010, p. 21). Como André Malraux, que como ministro de Assuntos Culturais da França numa Brasília ainda em obras, em agosto de 1959, proferiu o famoso discurso no qual atribui o epíteto de “capital da esperança” à cidade que era “a mais ousada já concebida pelo Ocidente”, a “primeira entre as capitais da nova civilização” (MALRAUX in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 53-57). Ou, ainda, como Françoise Choay, então editora da revista *L’Oeil*, que também visitou o Planalto Central no mesmo ano de 1959 como participante do Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte, convocado justamente para ali se discutir a “cidade nova”:

A Constituição brasileira de 1946 estipula que, em conformidade com um projeto que remonta ao início do século XIX, uma nova capital administrativa, situada no interior do país, deverá substituir o Rio de Janeiro como centro do governo federal. Depois de mandar especialistas para estudar o local, o governo brasileiro decide, em 1956, fundar essa nova cidade a mil quilômetros no interior do continente, no estado de Goiás, num planalto semidesértico a mil metros de altitude. Nenhum estabelecimento humano jamais havia sido erguido no local da futura BRASÍLIA; nenhuma estrada levava até lá. Era uma legítima tabula rasa, como a imaginamos nas utopias científicas ou filosóficas e que, numa única vez, a história de fato confiava a dois famosos arquitetos: Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Eles deparavam, de repente, com a possibilidade de materializar uma concepção ou teoria sobre a cidade contemporânea e realizar uma experiência fabulosa criando, *ex nihilo*, uma cidade de 500 mil habitantes (CHOAY in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 60).

Parece claro, portanto, que, envolta em utopia e esperança, Brasília surgia – isto é, tomava forma – do “nada” e no meio do “nada” para concretizar, em todos os sentidos, o ingresso do Brasil em uma nova época histórica. Não que ressalvas e críticas não se fizessem ouvir; muito pelo contrário, algumas eram um tanto inquietantes: a própria Françoise Choay, por exemplo, conclui sua avaliação do canteiro de obras que visitara dizendo que “a aventura de Brasília já extrapola o contexto de um grande país e pertence a cada um de nós”, muito embora a cidade lhe parecesse “ter triunfado como solução poética e fracassado como proposta objetiva” (CHOAY in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 65-66). Para outro observador estrangeiro também presente ao Congresso de 1959, Bruno Zevi, diretor da revista italiana *L’Architettura – Cronache e Storia*, nem a solução poética parecia triunfar, pois, não fossem suficientes os equívocos políticos, econômicos e arquitetônicos que marcavam a construção da cidade, ela ainda sofria com uma “infeliz forma estética”; no entanto, a conclusão de suas “páginas de franca e explícita crítica” dedicadas aos “protagonistas do grande empreendimento



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

de Brasília” aproximava-o, com sinal negativo, da percepção de Choay: em suas palavras, “o insucesso de Brasília não diz respeito somente a Lucio Costa e a Niemeyer, mas a todos nós: somos todos responsáveis por isso” (ZEVI in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 66-72). Em direção semelhante, e de maneira mais contundente, o urbanista e ex-prefeito de São Paulo Francisco Prestes Maia arrolou uma sequência de discordâncias e questionamentos à grande obra logo que ela começou, ainda em 1957, tais como:

O grande motivo econômico [da construção e mudança da capital] – o desenvolvimento do Brasil central – não parece de modo algum conduzir a essa solução. Com efeito, há duas coisas – muito diferentes, que estão sendo irracionalmente confundidas: a necessidade dum impulso progressista no planalto e a mudança da capital federal, isto é, de toda a máquina política e administrativa central. Uma coisa não envolve a outra. Se o objetivo é aquele, o meio idôneo consistirá na abertura de estradas, no lançamento duma ferrovia Belém-São Paulo, na disseminação de aeroportos e campos de pouso, na exploração dos recursos naturais, em especial da agricultura e, se quisermos num capítulo urbanístico, complemento muito lógico, do programa, mediante a fundação de cidadezinhas modelos, médias e pequenas, bem localizadas, que reduziriam o isolamento e a falta de assistência nos sertões. Mas dentro deste programa nada exige a mudança política da capital, conclusão inteiramente extrapolativa. Com o dinheiro a ser gasto numa capital que não pode ser prevista para menos de 500 ou 600 mil habitantes (Washington metropolitano tem quase o triplo), com os palácios e comodidades que o alto mundo governamental, administrativo e diplomático não dispensa, será possível construir vinte cidades menores, muitíssimo mais úteis e adequadas à valorização territorial (PRESTES MAIA in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 23).

Havia, ainda, aqueles mais ácidos. Gilberto Freyre, por exemplo, em seu balanço dos “prós e contras” de Brasília, escrito às vésperas da inauguração da cidade, volta a pena contra Lucio Costa e Oscar Niemeyer, “dois homens excepcionalmente capazes [que] estão tendo uma oportunidade provavelmente única na história da arquitetura”; porém, por não terem tomado conhecimento “dos problemas criados pelo fato de Brasília estar localizada nos trópicos”, nem considerado “o fato de que estamos vivendo em um período de rápida transição social e tecnológica”, sua obra sofreria da “falta de funcionalidade” e “grande parte” dela estaria condenada à rápida obsolescência. E, bem a seu estilo, finalizava de modo fulminante:

O antigo laço de amizade que me liga a Oscar Niemeyer levou-me a transmitir-lhe minhas preocupações sobre os erros que eu acreditava terem sido cometidos em Brasília em consequência do planejamento bitolado, puramente estético e quase ditatorial. Ele pareceu impressionado por algumas de minhas críticas e pelos exemplos que dei de cooperação entre arquitetos, ecologistas, economistas, sociólogos e psicólogos no planejamento urbano da Alemanha e da Grã-Bretanha.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

Entretanto, fiquei estupefato com seu otimismo. Ele me disse que em Brasília os ajustamentos sociais que me estavam preocupando, bem como a outros críticos, seriam gradativamente solucionados em harmonia com a nova arquitetura. Considero este um exemplo dos extremos a que se pode chegar quando a bitolagem artística é associada a uma concessão de poderes demasiado amplos, mesmo quando os homens que se utilizam desses poderes são artistas tão preeminentes como Oscar Niemeyer e Lucio Costa (FREYRE in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 50-52).

Elegantes ou cruéis, pertinentes ou injustas, as críticas, obviamente, faziam parte do processo, expressando diferenças políticas, pessoais, estéticas, conceituais – e, no caso de Gilberto Freyre, também os ecos de uma antiga discussão acerca da identidade nacional e as representações possíveis do Brasil, o que pode ser percebido nas entrelinhas e, em especial, na recorrência da referência aos trópicos.<sup>2</sup> Como apontou Adrián Gorelik, o que Lucio Costa procurou fazer foi apresentar sua arquitetura como “a conclusão – sintetizadora e superadora – de todas as buscas dos anos vinte, as do modernismo, as do regionalismo e as do neocolonial”, nela materializando “a aspiração dos jovens intelectuais, compartilhada a partir de 30 pelo Estado: a produção de uma língua nacional” ([GORELIK](#), 2005, p. 163). Contudo, como o artigo de Freyre demonstrava, nem a síntese, nem a superação de tais buscas e debates estavam dadas naquele momento (estariam hoje?).<sup>3</sup>

O aspecto histórico, contudo, parecia indiscutível, assim como o significado daquele momento. Nesse sentido, três textos do conjunto aqui analisado são emblemáticos: um, o artigo “Reflexões em torno da nova capital”, de Mario Pedrosa, escrito logo após a divulgação da vitória de Lucio Costa no concurso, em 1957; outro, uma conferência de Roland Corbisier intitulada “Brasília e o desenvolvimento nacional”, proferida no Iseb em março de 1960, às vésperas da inauguração de Brasília; e, por fim, o trabalho “Brasília e o subdesenvolvimento brasileiro” de Milton Santos, apresentado em 1964 no Colóquio sobre as capitais da América Latina – todos os três posteriormente republicados em livros dos mesmos autores. E, ainda que seja claro que também neles ecoam questões políticas, pessoais, estéticas, conceituais,

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, este parágrafo: “O palácio presidencial da nova capital do Brasil é certamente uma dessas obras-primas [criadas por Lucio Costa e Oscar Niemeyer]. Parece uma joia sob o sol tropical, único em suas formas. Tão leve que dá a impressão de estar flutuando em ar tropical, embora sublimamente [sic] indiferente ao solo tropical, à vegetação tropical e até mesmo ao clima tropical. Sua falta de funcionalidade para os trópicos é evidente: não só absorve demasiado calor durante o dia – isto poderia ser superado por meio de dispositivos técnicos – como se torna extremamente desconfortável por causa da excessiva invasão de luz. Quando visitei Brasília algum tempo atrás, dona Sara Kubitschek e suas filhas me contaram que estavam introduzindo muitas alterações no palácio presidencial para se protegerem, dentro da velha e sábia tradição mourisca, contra os excessos de sol e luz tropicais. Alterações como essas provavelmente ocorrerão em toda Brasília, assim que a fase heroica da construção em si tiver passado” (FREYRE in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 50, *itálicos meus*).

<sup>3</sup> Tanto não estavam que, para além de um ou outro artigo, Freyre reuniria suas críticas à nova capital no livro *Brasis, Brasil, Brasília*, publicado ainda em 1960 pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa.



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

como mencionado acima – nem poderia ser diferente, aliás –, é à sua percepção do evento que interessa dedicar atenção, bem como ao tipo de cultura histórica que nela expressam.

Mario Pedrosa tinha suas dúvidas e hesitações quanto a Brasília (e ainda achava este um “horrrível nome sintético”), mas suas “reflexões” eram clara e abertamente favoráveis tanto à ideia quanto, sobretudo, ao projeto vencedor – e, não por acaso, seria ele o principal animador do mencionado Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte realizado na protacidade, em 1959. Em suas palavras:

Os colegas concorrentes de Lucio, alguns deles eminentes na sua especialidade, perderam-se nos pormenores. Partiram das partes para o todo, enquanto ele fez a *démarche* inversa. É que nele o pensador venceu o técnico. Visionário, Colombo descobriu a América fundado numa dedução lógica, a partir da redondeza da Terra. A América foi, por isso, um produto da fé na razão inteligente do homem. E não em vão foi ela a sede das primeiras utopias pós-renascentistas. Brasília foi, enfim, definida por uma ideia. Transformou-se, portanto, numa utopia. Ora, quem diz utopia diz arte, diz vontade criadora. A partir daí, todos podemos trabalhar por ela (PEDROSA in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 38).

A referência à América nada tinha de gratuita: “lugar onde tudo podia começar do começo”, ela condenava, desde a origem, seus habitantes ao moderno, o qual, por sua vez, tornava-se “cada vez mais o nosso *hábitat* natural”. Só que no Brasil, em particular, estabeleceu-se “um *modus vivendi* medíocre”, pois “nem nos entregamos à natureza, nem a dominamos” – e não apenas isso, mais especificamente:

Nunca tivemos passado, nem rastros dele por trás de nós. Aqui não houve, por exemplo, as formidáveis vias de penetração dos velhos impérios, como o romano na Europa e, às nossas costas, o inca. E se não tivemos, num passado remoto, essas indestrutíveis vias calçadas de lajes para por elas passarem respeitáveis legiões pedestres, também não temos, ainda hoje, estradas de penetração para locomotivas. Temos, entretanto, algo novíssimo: linhas aéreas de comunicação, mas que não penetram (saltam apenas), não varam como as estradas de pedra das legiões romanas ou incaicas, nem como as de ferro da velha Rússia dos czares ou da jovem república burguesa norte-americana (PEDROSA in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 34).

Por conta disso, nossa história fora marcada por uma penosa luta contra as distâncias, desenvolvida a partir dos “núcleos de povoamento relativamente isolados uns dos outros”, que de “oásis” assim se transformam em “centros de irradiação” de uma cultura “enfim orgânica e autóctone”. Diante de tal quadro, o programa de Brasília, por ainda responder à “concepção [de] civilização-oásis”, trazia em si “algo de contraditório, [...] de imaturo e, ao mesmo



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

tempo, de anacrônico”, que residia em sua “irremediável insularidade”. Perceber justamente isso foi, para o crítico, a razão do sucesso de Lucio Costa:

A sabedoria de Lucio Costa consistiu em aceitar a incongruência inerente ao programa, e, evitando toda solução de meio-termo, ou eclética, decidir resolutamente pelo lado inexorável, dadas as condições objetivas imediatas: o reconhecimento pleno de que a solução possível ainda era na base da experiência colonial, quer dizer, uma tomada de posse à moda cabralina, chanfrando na terra o signo da cruz ou, numa evocação mais “moderna” e otimista, fazendo pousar docemente sobre a sua superfície a forma de um avião. Confiado, entretanto, em quê? Numa esperança. Na esperança de que a vitalidade mesma do país lá longe, na periferia, queime as etapas, e venha de encontro à capital-oásis, plantada em meio ao Planalto Central, e a fecunde por dentro (PEDROSA in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 36).

À medida que a utópica nova capital tornava-se um *topos*, o embate entre o presente e o passado e o futuro do país parecia também tomar contornos mais precisos – com prejuízo para o passado, não deve ser difícil deduzir. Tanto é assim que, se Mario Pedrosa apontava a superação da experiência colonial como a grande esperança contida no projeto, Roland Corbisier não tinha dúvida em afirmar que tal superação já estava para acontecer. Embora dissesse não menosprezar “a ‘velha e heroica’ São Sebastião do Rio de Janeiro, nem tampouco esquecer tudo quanto lhe deve a nossa história”, tinha claro que “à luz do projeto e das novas exigências do desenvolvimento, a velha capital marítima, expressão da cultura colonial e litorânea, revela-se inadequada para continuar como sede do Governo da República”. E completava:

Ao transitarmos, por força do desenvolvimento econômico do país, da política de clientela para a política ideológica, do Estado cartorial para o Estado que chamamos de funcional, não poderíamos conservar a capital do país na cidade em que se encontra há duzentos anos, porque tal localização corresponde a uma fase de nossa evolução histórica que se tornou urgente ultrapassar.

[...] A ruptura com a tradição colonial, com a cultura litorânea e reflexa, o descobrimento e a conquista do imenso deserto, do vazio interior, não seriam jamais um resultado do crescimento espontâneo do país. Já vimos que as forças econômicas entregues ao seu automatismo, ao seu livre jogo, agravam, em lugar de corrigi-los, os desequilíbrios entre as regiões do país. E a consciência, por parte do Estado, de que o interior do território continental só poderia ser ocupado com a criação de uma grande cidade, aliada à inflexível determinação de construí-la, essa consciência assinala o advento, no Brasil, de uma nova fase de nossa história (CORBISIER in [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 72-73).

Expressão clara do pensamento isebiano, a leitura do tempo feita por Corbisier (des)qualificava, ainda, os críticos de Brasília, eles próprios “remanescentes de um passado



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

remoto” e, por isso, incapazes de compreender a importância e o significado do empreendimento para a “construção da nação brasileira”. Uma construção que se daria no plano econômico, social e institucional, com a pretensa integração do território fomentada pela “capital interiorizada”, bem como, e talvez sobretudo, em um plano muito maior:

Na perspectiva da história, não é menos significativa a interiorização da metrópole. Em nosso país, quando caminhamos do litoral para o interior, não nos deslocamos somente no espaço, mas empreendemos também uma viagem através do tempo. “Museu de sociologia retrospectiva e de história social”, como já se disse, o Brasil apresenta os maiores contrastes entre o progresso litorâneo e o atraso das regiões centrais.

Coexistem no mesmo território os mais diferentes estágios da civilização, as épocas mais diversas da cultura, desde tribos primitivas e populações que se acham na “idade do couro” e não conhecem o uso do dinheiro, até os grandes centros urbanos do litoral, em plena era “neotécnica”, comparáveis às maiores e mais adiantadas cidades do mundo. A transferência da metrópole para o Planalto Central de Goiás será de decisiva importância na correção desses desníveis históricos, contribuindo para arrancar o interior do século XVII, em que ainda se encontra, e incorporá-lo às formas de civilização e de cultura características do século XX (CORBISIER *in* [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 75-76).

Quatro anos depois, quando Milton Santos escreve seu texto, Brasília era uma realidade, mas nem por isso o redimensionamento da temporalidade a ela associado deixara de ser uma questão de relevo. Afinal, diz ele, “nessa cidade [...] a dinâmica é tão rápida e, às vezes, tão violenta, que se torna difícil separar o curto passado do presente fugaz, sobretudo quando o futuro, ao ritmo acelerado do país, chega sempre demasiado depressa”. No quadro do “subdesenvolvimento brasileiro”, fora do qual seria “impossível” estudá-la, Brasília apresentava-se, àquela altura, como “um organismo incompleto, um organismo heterogêneo e uma capital sem região imediata”; ainda assim, ela era “um desafio ao passado” e, no mesmo sentido, “um fenômeno que se antecipa[va] ao futuro do país” (SANTOS *in* [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 125-135):

Diante do sentimento do inacabado, dado pela imensidão dos espaços vazios, os candangos têm razão para indagar a si mesmos se não estará a cidade à procura de uma alma. Mas, não se diria que ela não tem, já, uma personalidade, resultante dos aspectos ultramodernos que lhe atribuíram por decreto e da fatalidade de haver sido gerada em um país subdesenvolvido.

Assim, sem desmentir o presente, fornece uma imagem do futuro. É a sua originalidade (SANTOS *in* [XAVIER e KATINSKY](#), 2012, p. 135).

Assim elencadas, tais falas – inevitavelmente datadas, nem é preciso dizer – nos podem parecer um tanto ingênuas, esquemáticas e, talvez, demasiado esperançosas e



DOI: 10.20396/urbana.v10i2.8651577

crédulas. Em seu próprio tempo, porém, expressavam uma interpretação da história do Brasil que encontrava na forma urbana da nova capital do país um conteúdo que historiador algum poderia oferecer: o conteúdo, não é difícil perceber, do futuro.<sup>4</sup>

## Referências

- BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília**. Sete projetos para uma capital. São Paulo: Cosac Naify/Imprensa Oficial/Museu da Casa Brasileira, 2010.
- GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília**. Cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- PAUL, Herman. **Hayden White**. The historical imagination. Cambridge, UK: Polity Press, 2011. Kindle edition.
- XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs.). **Brasília: antologia crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- WHITE, Hayden. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- WHITE, Hayden; ROGNE, Erlend. **O objetivo da interpretação é provocar perplexidade em face do real [2009]**. In: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogerio F. da (org.). Nova História em perspectiva. Volume 2: Debates. São Paulo: CosacNaify, 2013.

---

<sup>4</sup> Apenas para lançar uma reflexão-provocação que foge ao propósito deste artigo: Guilherme Wisnik, em sua apresentação ao livro de Milton Braga, diz que, “uma vez construída e inaugurada, foi a cidade projetada por Lucio Costa – e adaptada em diversos níveis para a sua concretização no tempo e no espaço dados – que se tornou o objeto definitivo de ataque e admiração por parte de críticos e leigos ao redor do mundo. No entanto, as outras Brasília possíveis até o dia 16 de março de 1957 – quando o resultado do concurso para o plano piloto foi divulgado – ficaram em geral obscurecidas pelo tempo. Isto é, pela falta de arquivos públicos dedicados ao tema, pela desorganização e precariedade dos escritórios de arquitetura e das famílias dos arquitetos, e pela falta de uma tradição mais consistente de pesquisa e catalogação de documentos na área, aqui no Brasil” (WISNIK in BRAGA, 2010, p. 21). Sem desconsiderar nenhuma dessas razões, evidentemente relevantes por si, penso que, se a situação fosse a inversa – isto é, se a presença ocupasse o lugar da ausência –, ainda assim Brasília seria única e exclusivamente “a cidade projetada por Lucio Costa”: foi esta que, moderna e modernista, projetou-se ao futuro dispensando-se de ter um passado para criar suas próprias narrativas.